

ELEMENTOS DO PROCESSO DA IDENTIDADE CABOVERDIANA*

Fernando Augusto Albuquerque Mourão**

RESUMO: O problema da identidade caboverdeana é repassado de acordo com a literatura clássica e em confronto com as novas perspectivas inerentes à condição de Estado-Arquipélago: a emigração como expectativa e a apropriação do hidroespaço.

UNITERMOS: Cabo Verde. Identidade caboverdeana. estados arquipelágicos.

Pensar Cabo Verde é equacionar as ilhas, refletir sobre a emigração, meditar sobre o mar. Ovídio Martins¹, que desde os anos cinquenta critica o evasismo, certamente se espantará com esta afirmação. Contudo, o sentido que atribuo ao trinômio segue, em termos, o espírito da "anti-evasão". O mar, a linha do horizonte, que anuncia as outras terras, a possibilidade de trabalhar e organizar uma vida, mais do que uma massa de água onde singram navios, é hoje um bem, um patrimônio.

A comunidade internacional, ao fim de árduas e longas discussões, acabou por aprovar uma série de princípios: mar territorial, zona contígua, plataforma continental, mar patrimonial, mar arquipelágico, etc. Embora a controvérsia ainda prossiga em relação a vários pontos, os resultados concretos da Chamada Conferência do Mar² são agora uma realidade; o mar é um bem que, no

(*) Simpósio sobre a Cultura e a Literatura Caboverdeana/Fundação Amílcar Cabral, São Vicente, 23-27 de novembro de 1986.

(**) Do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

(1) MARTINS, Ovídio. *Gritarei/Berrarei/Matarei/Não vou para Pasárgada*. Rotterdam, Edições Caboverdianidade.

(2) Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. A primeira conferência, realizada em Genebra (1958) – a Conferência de Genebra – Legalizou alguns conceitos, tais como mar territorial, plataforma continental, princípios inscritos na Convenção Internacional, que tem que ser ratificada por cada país. Nos anos seguintes registrou-se a reação de vários países, entre os quais o Brasil, que defenderam o conceito de mar patrimonial – zona das 200 milhas – hoje designado de Zona Econômica Exclusiva.

caso do Estado-Arquipélago, limitado pelas chamadas "linhas de base arquipelágicas", tem a máxima importância econômica e política.

As possibilidades pesqueiras, a exploração dos fundos dos mares, quer diretamente, quer em associação, que através da cobrança de taxas de exploração passam a ser uma realidade face à mudança de conceitos: do *Mare Liberum* de Grotius³, o mar de todos, *res communis*⁴, ao mar territorial, retomado, de certo modo, o velho princípio da propriedade dos espaços marítimos; o rei de Portugal, por exemplo, ostentava entre os seus títulos, o de rei de "d'Aquém e d'Além Mar..." A aplicação dos novos princípios, entre outros fatores, possibilitou o incremento de países como a Islândia e de regiões autônomas, as ilhas de Faro. A patrimonialidade dos mares, aliada à possibilidade da exploração pesqueira associada com outros países abre amplas perspectivas a Cabo Verde nesta virada do século.

A recente criação da "zona de paz e cooperação" no Atlântico Sul, proposta pelo Brasil, e que obteve a aprovação na 41ª Assembléia Geral das Nações Unidas, por 124 votos a favor, um contra e oito abstenções, abre amplas possibilidades e desdobramentos.

A proposta brasileira apresentada na 40ª Assembléia Geral, pode ser entendida como uma proposta construtiva no sentido de afastar um quadro de conflitos na perspectiva de relações internacionais pensadas como um jogo eterno de interesses localizados em termos de espaço e em periódicas mutações de processo.

O mar, o elemento físico da relação, teve desde o passado vários papéis: o do *mare clausum*, o de *mare liberum*, cuja doutrina se desenvolveu entre os séculos XVI e XVII, até ao conceito recente de mar patrimonial. Estas designações ligam-se, de perto, com as forças das ideologias de cada época. Quer o conceito de *mare clausum*, quer o de *mare liberum*, são idéias-força diretamente relacionadas com o esquema de dominação de cada período. Já o conceito de mar territorial está ligado ao desejo e ao interesse, de cada país, principalmente dos chamados países do Terceiro Mundo, de deter o controle das riquezas existentes nas suas costas e fundos marítimos.

O mar, associado ao tema da evasão, a linha do horizonte, referida na literatura, poderá, no futuro, tomar um novo significado.

(3) GROTIUS, (Hugo de Groot) escreveu, em 1608, *Mare Liberum*, advogando a causa da Campanha das Índias Ocidentais contra o conceito de *Mare Clausum*.

(4) O limite do mar nacional era de três milhas náuticas. Nessa época, três milhas náuticas correspondia, aproximadamente, ao alcance de um tiro de canhão.

A PASÁRGADA SOMOS NÓS

Se o mar, elemento de dominação dos "outros" está agora em vias de se tornar um elemento de dominação "nosso", o homem que no passado foi objeto de relações está-se tornando hoje sujeito dessas mesmas relações.

Ao longo dos séculos o caboverdeano foi obrigado a participar de várias atividades face às condições do meio, o que lhe deu uma polivalência como produtor, qualidade que com o desenvolvimento dos processos econômicos ora em estudo ou já em implantação, aumentará a sua capacidade real de opções e inserção nos novos modelos do processo de produção. A relação do homem com os vários tipos de trabalho permite-lhe atingir uma certa compreensão do trabalho, cujas variáveis fundamentais e formas de ajustamento, decorrem em termos de uma homologia estrutural. A conhecida e, de certo modo, divulgada capacidade de trabalho do caboverdeano, sua adaptação ao campo, ao mar e às tarefas ligadas à habitação, estabelece relações reais e potenciais no plano da natureza e no plano social. No passado, essas relações permitiram-lhe, na medida do possível, a sobrevivência mesmo face às condições mais desfavoráveis, não só no plano da natureza, como no plano das relações humanas, estas marcadas pelos traços fundamentais de um processo sócio-econômico que refletia as marcas do colonialismo e a reprodução de um modo de produção.

O domínio da natureza, incluindo-se o mar, ofereceram-lhe uma enorme capacidade de orientação e percepção que, acredito, tenha surgido, não como o resultado de um simples conhecimento acumulado e transmitido como um dado já conhecido, mas como resultante de uma prática homem-natureza. Recentemente, trocando impressões relativas aos imigrantes caboverdeanos com um ilhéu de boa tẽmpora⁵ que hoje vive numa cidade implantada numa montanha verde⁶, localizada entre São Paulo e o Rio de Janeiro, como que tendo tornado real seu sonho antigo - a montanha natal tornar-se verde -, fiquei sabendo de quanto eram apreciados os comandantes, velhos marinheiros, não marinheiros velhos, que durante anos comandaram embarcações brasileiras até que o surto nacionalista e a proteção corporativista do trabalho, ao tempo de Getúlio Vargas, concepção que perdura até hoje, impediu os não brasileiros de ocupar essa função. Além do Rio de Janeiro, boa parte morava em Santos, cidade do litoral paulista, onde ainda hoje vive, entre muitos outros, o então comandante da embarcação particular de um dos pioneiros da industrialização brasileira⁷. leira⁷.

(5) Manços Duarte.

(6) Campos do Jordão.

(7) Conde Francisco Matarazo.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Elementos do Processo da Identidade Cabo-verdeana. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 61-72, 1988.

O domínio da natureza através de uma prática, quer em relação à retro-terra, quer ao mar, ou melhor da conjugação de ambas, além de outras práticas, numa região em que a agricultura, sendo a atividade predominante não é a única ao longo do ano face às vicissitudes do meio, contribuiu para a emergência de uma racionalidade a par de uma percepção e de uma sensibilidade, resultado de um processo composto em que as variáveis apresentam-se imbricadas ao nível dos vários planos.

As qualificações do caboverdeano – que não cabe aqui analisar – constituem-se numa variável, da máxima importância, “essa ambivalência funcional”⁸ face a um processo de revalorização do espaço nacional de Cabo Verde, incluindo-se o mar – o mar territorial –, processo iniciado com a independência, do qual surgira um novo tempo, não em termos de uma dicotomia: evasão/anti-evasão, mas antes um tempo rearticulado numa estrutura sócio-económica decorrente do processo que se começa a registrar.

Retomando uma análise dos vários espaços caboverdeanos em função do fator tempo⁹ diríamos que o espaço atual se pronuncia na articulação dos vários fatores da produção, inclusive a imigração – dada a importância dos aforros/divisas –, quer no plano particular das famílias, quer no plano estrutural. A articulação da vida económica de Cabo Verde – espaço terra e espaço mar –, em que a insularidade passará a oferecer uma nova leitura – economia marítima imbricada às ilhas – anuncia um novo tempo. Não se trata apenas do mar, caminho de partida, caminho de regresso, do mar/caminho, mas do mar/uso. No primeiro sentido, Alfredo Margarido afirmava¹⁰ “virada para o mar, considerado como elemento a que o cabo-verdeano, por falta de condições naturais, deve recorrer para conseguir realizar-se. Mas não é, por outro lado, elemento que provoque o divórcio, o afastamento radical...” E explica também que neste conceito de partir esteja desde logo implícito (senão mesmo explícito) o seu contrário: regressar”. A partir de uma realidade nova: o mar patrimonial, que estava também chamando de mar/uso, surge não mais uma dualidade, tal como objetivamente colocava Alfredo Margarido, de que as “expressões literárias” dão registro dessa “amarga realidade” para, no futuro, registrar na sua criatividade a apropriação do espaço mar/uso. O mar, *lato sensu*, mesmo levando-se em conta as dificuldades advindas da ocorrência da fossa abissal, é duplamente uma fonte de riqueza, o mar patrimonial e o mar “zona de paz e cooperação”, situação que aumentará, sem dúvida, as funções de Cabo Verde, de país mediador e de centro físico de en-

(8) FURTADO, Cláudio Alves. Apontamentos para um trabalho “Cabo-Verde: organização e relações de trabalho no campo”. São Paulo, 1986.

(9) MARIANO, Gabriel. “Inquietação e serenidade: Aspectos da insularidade na poesia de Cabo Verde” in *Estudos Ultramarinos*. Lisboa, ISEU, 1959, nº 3:55-79.

(10) MARGARIDO, Alfredo. “Partida e regresso na literatura Cabo-Verdeana”, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, p. 407.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Elementos do Processo da Identidade Cabo-verdeana. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 61-72, 1988.

contros e conferências não só no âmbito dos países de língua oficial portuguesa, mas na confluência dos dois continentes, do Norte e do Sul.

ESPAÇO E DESIGNAÇÕES

O espaço social em perspectiva certamente se caracterizará por uma produção literária própria ao novo tempo, o homem, sujeito de relações, substituirá o homem, objeto de relações.

Do ponto de vista cultural a literatura caboverdeana insere-se no universal pelas diferenças, que lhe conferem autonomia. A literatura reflete os vários espaços e os tempos. Cada tempo oferece uma resultante, que se encadeia, não de forma meramente mecanicista, mas numa perspectiva criativa, como consequência de uma relação de efeitos interagindo de forma complexa. Cabo Verde, após o ciclo da cana e de outros produtos de exportação, acabou por encontrar um equilíbrio próprio, um espaço específico, mesmo dentro do contexto colonial e das suas tradicionais dificuldades – a fome (independentemente de sua origem social ou do meio físico) –, O arquipélago, mais do que um espaço produtor de mercadorias físicas, o que de certo modo levou a um relativo isolamento económico e, portanto, igualmente social, permaneceu como um fator de reserva de mão de obra, circulando quer no espaço colonial português, quer no plano internacional de acordo com interesses, regulamentos, vaidades nacionais e outros... O isolamento, a insularidade para outros, as consequências estruturais da emigração (Argentina, EUA, por exemplo) levaram em parte à emergência, após uma série de mutações sociais, de um espaço próprio. Alfredo Margarido, analisando *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, afirma que se trata de “um texto descolonizado”¹¹, uma vez que o romance “assume a responsabilidade de cabo-verdeanizar o arquipélago, excluindo os portugueses de toda e qualquer discussão referente ao destino das ilhas e dos homens”. A análise da autonomia cultural, especificamente na literatura, antes e depois da independência, ao longo dos vários tempos, que se prendem a designações literárias, é da máxima importância. Metodologicamente as análises literárias estão mais próximas do conceito de analogia, do que de diferença, o que é perfeitamente compreensível tendo em vista ou o fato do desconhecimento “dos outros” ou mesmo a necessidade de legitimar o processo colonial face à primazia de um dos sistemas centrado num parâmetro de natureza religiosa – o mundo cristão – ou de natureza civilizatória – o mundo civilizado – este último centrado num conceito evolucionista da humanidade. Esta metodologia reforça o conceito de independência, opondo-se à descolonização literária, através de uma vertente neo-colonialista, de recolonização intelectual. A proeminência da literatura caboverdeana surge com mais cla-

(11) MARGARIDO, Alfredo. Opus cit. pág. 460.

reza e força através da análise das diferenças do que na perspectiva das analogias.

Estas reflexões surgiram face à perspectiva de um tempo novo, a apropriação do mar integrado ao conceito de Estado Arquipélago¹², artigo 46 da Convenção dos Direitos do Mar, não mais na perspectiva da dicotomia entre "Terra-longe, o mar alto" versus Terra-mãe, o mar ilhéu; "o pacote" versus "o veleiro"¹³; evasão e anti-evasão.

Na perspectiva do tempo, como ocorrem as várias leituras do espaço simbólico do arquipélago? As versões do nativismo, crioulisto, negritude e outras, que surgem como que simbolizando vários espaços coloniais, tomam vários feitiços. A compreensão de um texto alarga-se desde uma leitura centrada no tempo, nos vários tempos, à análise de um mesmo tema em contextos diferentes. Sincronia e diacronia completam-se.

O problema da identidade cultural caboverdeana está, de certo modo, adjacente aos cultores das várias correntes, desde as posturas extremas situadas ora no espaço europeu, ora africano, às correntes de síntese formal, situadas como vertentes ou respostas a um monolitismo cultural, mesmo que, paradoxalmente, colocadas na perspectiva de síntese ainda distante de uma visão pluri-cultural em processo.

No mesmo século surgiram várias designações tentando enquadrar as literaturas tropicais dentro de um dado espaço. Já, em meados do século XIX surgiu o nativismo, inicialmente como uma manifestação. Paralelamente registramos o crioulisto, a negritude, o negrismo, além de uma série de designações respeitantes às literaturas africanas, especificamente no caso das literaturas correspondentes ao espaço de língua portuguesa: "Poesia Negra de Expressão Portuguesa", Mário de Andrade e Francisco Tenreiro, obra de resistência; Manuel Ferreira; "Literatura Lusófona", Russel G. Hamilton e, finalmente, já levando em conta o fator independência, "Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa" (Alfredo Margarido).

O nativismo, que é assinalado na literatura brasileira, surge também em Angola - Uma Voz Chamando no Deserto - em Cabo Verde, entre outros com Pedro Cardoso; em São Tomé e Príncipe - recentemente tive a oportunidade de encontrar em São Paulo, onde vive, o engenheiro Manuel Hermínio Paquete - e

(12) Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em 10 de dezembro de 1982. O artigo 46 é que trata especificamente do conceito de Estado Arquipélago e considera as águas circunjacentes como parte das ilhas.

(13) MARIANO, Gabriel. Opus cit. pág. 66.

ainda em outros espaços. Trata-se da busca de uma identidade na perspectiva de uma autonomia, mais ou menos relativa, e fundamentalmente ligado ao problema racial que, na época e, em vários espaços, atingiu uma dimensão importante, notadamente as correntes panafricanistas nos EUA e nas Antilhas. No espaço de língua portuguesa, esta corrente, com graus diferentes de amadurecimento e de presença, corresponde historicamente ao período da monarquia liberal portuguesa e reflete ainda as consequências da proclamação da República em Portugal (1910), com todas as suas ambigüidades aparentes no plano colonial, o que determinou, num primeiro momento, uma aproximação com o ideal republicano e, posteriormente, uma desilusão. Em matéria de ambigüidade o crioulisto sobressai. Crioulismo, fenômeno linguístico, fator de integração cultural, elemento diferenciativo, vertente autonomista, variável de assimilação ou de reação - creole, or not creole that is the question - parafraseando o manifesto Antropofágico - "Tupy or not Tupy, that is the question"¹⁴ - Baltasar Lopes insurge-se contra a "cordeal mastigação"¹⁵ das ambigüidades e respondendo a Gilberto Freyre, afirma "nunca estive nas Antilhas, nem sou sociólogo; mas por leituras e outras fontes de informação que me tem sido possível obter, não tenho a menor dúvida de que o caráter antilhano atribuído ao social Cabo Verde é perfeitamente arbitrário"¹⁶. O crioulo, ou língua nacional de Cabo Verde, como diz Luís Romano, é, antes de tudo, a língua de expressão da alma caboverdeana. O crioulo, como forma de integração¹⁷ ou como língua em processo não coincide com o crioulisto, mais carregado na perspectiva do eixo das dependências. A análise de toda ou qualquer designação deve obrigatoriamente ser feita segundo três vertentes: a do "nós", a do "deles" e na perspectiva da carga ideológica da leitura do "nós" na versão "deles", isto é, delimitando, para efeitos heurísticos, os espaços e situando-os no tempo. É óbvio que cada movimento teve a sua importância, mas o que mais nos atrai no estudo do espaço de Cabo Verde é exatamente o fato de que se todas as correntes, umas mais, outras menos, estão presentes no acervo cultural das ilhas, o que mais se destaca em termos de descolonização literária é o fato de emergir um espaço autônomo, de raízes várias mas que, ao longo do tempo, atingiu um grau bastante elevado de autonomia. Claro está que é importante prosseguir no estudo das raízes da cultura caboverdeana, mas estou convencido que a nova condição arquipelágica fará emergir

(14) *Revista de Antropofagia*, S. Paulo, nº 1, maio de 1928, pág. 3.

(15) MACHADO, Antonio de Alcantara. "Abre-Alas", *Revista de Antropofagia*, S. Paulo, nº 1, maio de 1928, pág. 1.

(16) LOPES, Baltasar. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Praia, Imprensa Nacional, 1956, pág. 17.

(17) PYNE-TIMOTHY, Helen. "Cultural integration and the use of Trinidad Creole", *Journal of Caribbean Studies*, Florida, Spring 1986, vol. 5(1-2):7-15.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Elementos do Processo da Identidade Caboverdiana. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 61-72, 1988.

uma estrutura econômico-social que, certamente, privilegiará a autonomia cultural numa perspectiva universal, fase em que a insularidade passará a ter outra leitura em que o protesto será analisado como uma variável poderosa na perspectiva do processo da independência, em que a evocação se ligará, no futuro, a um passado próximo. As vicissitudes de cada tempo são extremamente esclarecedoras do ponto de vista do processo e da identificação da identidade nacional caboverdiana. Recordo-me, com simpatia e carinho do amigo querido, já passado no tempo, mas sempre presente na nossa memória – “Memória de Cabo Verde intacta e pura” – na força da poesia de Gabriel Mariano, do Manecas Duarte/Manuel Jesus de Monteiro Duarte, de suas reflexões, das nossas longas conversas, relativas ao tema caboverdianidade e africanidade. Tempo de busca, de reflexão: panafricanismo, nativismo, crioulisto, a negritude, a busca de dados relativos ao *African personality*, as informações e os livros que solicitamos e até hoje não chegaram da livraria La Caravelle, em Port au Prince! Embora, a princípio, algumas destas correntes nos tenham surgido um tanto ou quanto enovoadas, uma coisa passou a ficar clara. O tempo histórico que vivíamos permitia prever as independências. Desde essa altura ficou claro para Manecas Duarte que a independência de Cabo Verde teria de ocorrer na perspectiva do espaço africano, variável que, segundo ele, acertadamente, lhe daria força. Cabo Verde, para Duarte, era de fato um espaço autônomo e já maduro, encontrando na africanidade ou recorrendo ao conceito de africanidade, como uma das molas propulsoras do processo de independência. Se a autonomia cultural de Cabo Verde era já uma realidade; se o conceito de Nação para os caboverdianos não era difícil de atingir, ao inverso dos africanos em geral em que a Nação ainda é em boa parte um projeto desenvolvido pelo Estado e pelo Partido; torna-se necessário clarificar algumas idéias básicas, afastar ambiguidades que amorteciam o processo na linha de uma eterna busca da identidade. Ruy Coelho¹⁸ a propósito do continente africano, afirma: “se coloca o problema da identidade coletiva, qualquer que seja o interesse científico que se lhe conceda, como de importância vital”, no sentido de identidade coletiva desenvolvido por Jacques Berque¹⁹, “o ato social, na verdade, não consiste justamente nas conversões perpétuas do fato social em signo, de quantidade em qualidade, dos conteúdos em forma, e vice-versa? Não é ele a própria conversibilidade? Uma identidade coletiva não seria o horizonte onde se exerce essa conversibilidade?”.

Sem pretender entrar na análise das raízes culturais de Cabo Verde, da contribuição portuguesa, africana, do processo de mestiçagem, tema que vem sendo abordado por vários autores, entre os quais Felix Monteiro, Baltasar

(18) COELHO, Ruy. “Importância da história da África para os estudos africanistas in *Eurpedes Simões de Paula in memoriam*, S. Paulo, FFLCH/USP, 1983, pág. 105.

(19) BERQUE, Jacques. “Qu’est-ce qu’une identité collective?” in *Mélanges offerts à Levi-Strauss*, pág. 471.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Elementos do Processo da Identidade Caboverdiana. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 61-72, 1988.

Lopes da Silva, Dulce Almada, Manuel Ferreira²⁰, Gabriel Mariano e outros, é nosso propósito apenas registrar a concepção da independência no quadro das independências africanas e, futuramente, à emergência de um novo tempo e à concretude de identidade coletiva às consequências sócio-econômicas resultantes da legitimidade do conceito de Estado Arquipelágico.

No início dos anos cinquenta, Manuel Duarte, a par de Amílcar Cabral, entre outros, defende que a independência de Cabo Verde teria que necessariamente ser pensada em bloco como processo político do continente africano. Foi pena que manecas Duarte não tivesse escrito e reproduzido toda uma série de pensamentos que servira de base para longas discussões com os antigos estudantes caboverdianos em Coimbra e também com os de Lisboa e Porto, com quem se reunia periodicamente para debater o assunto. Recordo-me que foi sua mão que, numa das vezes que o acompanhei a Lisboa, conheci Gabriel Mariano, Aguinaldo da Fonseca e outros. Manecas Duarte preocupou-se com a imagem, aparentemente isolacionista, dos estudantes caboverdianos, fato que, de certo modo, era assinalado à época. Fruto de suas primeiras reflexões, que mais tarde aprofunda e, de certo modo altera em parte, Manecas entregou-me para publicação um artigo que na época teve repercussão, “Caboverdianidade e africanidade”²¹, “Nós os caboverdianos estamos étnica e historicamente ligados tanto à África como à Europa, acrescentando sobremaneira no sentido da africanidade, a situação geográfica, o condicionamento climatérico, a predominância da corrente migratória negra no povoamento das ilhas, originariamente desertas; em suma, o fenómeno colonial e as suas necessárias implicações”, acrescentando, mais adiante “O caboverdiano culto não pode, não deve ser assimilável ao europeu culto”.

Estas considerações de Manecas Duarte, hoje à distância, fazem-me lembrar sobre a necessidade de refletir sobre a sucessão de épocas, correntes de pensamento que foram surgindo desde meados do século passado e o porque do fato de não ter existido um fio condutor entre elas e, pior do que isso, face ao silêncio e à dificuldade de recuperar documentação, em cada fase, foi praticamente necessário retomar e recuperar certos temas fundamentais. Num período

(20) FERREIRA, Manuel. *A aventura Crioula*. Lisboa, Ulisseia, 1967. SILVA, Baltasar Lopes da. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. *Cabo Verde. Contribuição para o estudo do dialecto falado no arquipélago*. Lisboa, junta de Investigações do Ultramar, 1961.

(21) DUARTE, Manuel. “Caboverdianidade e africanidade”. Coimbra, *Vértice*, vol. 14, 1954, p. 639-644 (Nessa altura eu era encarregado de redigir notas relativas ao processo cultural africano e conseguir a colaboração de jovens literatos africanos).

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Elementos do Processo da Identidade Caboverdiana. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 61-72, 1988.

já mais próximo, quando fui responsável pela então Secção de Estudos Ultramarinos da Casa dos Estudantes do Império, em Coimbra, lembro-me das dificuldades em recuperar informações e conceitos que já haviam sido discutidos, anos antes, pelos integrantes do então Centro de Estudos Africanos, que funcionou em Lisboa. Um ou outro encontro com Mário de Andrade, em Paris; Amílcar Cabral, Agostinho Neto, diretamente, quer através de um amigo comum, o engenheiro Fernando Campos, permitiu, de certo modo, tomar contato com o resultado de algumas discussões fundamentais. Em relação a um período mais distante, centrado no início do século e nos primeiros anos da proclamação da República, surgiam, como que em forma de pontas de um iceberg, documentos, jornais e revistas produzidos pela antiga elite africana que morou em Lisboa nessa época e que criou alguns movimentos como a junta de Defesa dos Direitos de África (1912), a Liga Africana de Lisboa (1910), o Partido Nacional Africano (1921), o Movimento Nacionalista Africano (1931), a par de jornais como *Portugal Novo* (órgão da junta de Defesa dos Direitos d'África e dirigido por Marcos Bensabat e entre os representantes dos comitês de cada colônia, aparecia como representante do Comitê de Cabo Verde, Antonio Corsino Lopes; *Correio d'África* (órgão da Liga Africana), onde colaborou Pedro Cardoso; *O Eco de África*, (quinzenário, fundado por um grupo de angolenses), *Tribuna d'África* (órgão da junta de Defesa dos Direitos de África e Dirigido por João de Castro), *Humanidade*, que surge já na década de trinta, a par de tantos outros como *O Negro* (1911) jornal estudantil e da imprensa colonial, esta tão importante e ainda hoje tão mal conhecida. Esperemos que uma série de pesquisas em andamento, entre as quais a de Alfredo Margarido, levem a melhor esclarecimento sobre estes movimentos e sua época. Acredito que seja fundamental o estudo e que se encontre uma explicação profunda para a razão de ser dos hiatos entre cada um dos movimentos e dos períodos. Um certo sentido do processo colonial e das causas profundas do sigilo certamente emergirá de forma esclarecedora. Essa falta de continuidade, que se deve fundamentalmente a causas económicas e políticas, reforçadas pela propagação de certas ideologias culturais, a par do silêncio mais ou menos programado sobre estes períodos e sua produção, determinam, de tempos a tempos, a redescoberta de um processo. De certo modo, *Claridade*, a revista, o movimento, articulado e criador, está nessa linha. Notável, sim é hoje pensar como numa época precisa, em que o peso das ideologias coloniais se fazia sentir, surgir *Claridade*, o que considero um mérito maior a par da sua qualidade criativa, do equilíbrio entre a especificidade do regional/nacional e o universal dos temas abordados.

Manecas Duarte, a par de outros, compreendeu muito bem a importância do continente africano, não só ao nível das origens, mas e principalmente, como fenómeno político, num período muito especial, em que nos deparávamos com dois espaços do ponto de vista da ex-metrópole: "nós" (deles), o processo específico da assimilação e "eles" (as outras nações coloniais) – processos, já, nessa

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Elementos do Processo da Identidade Caboverdiana. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 61-72, 1988.

época em vias de extinção. A articulação dos estudantes caboverdianos, uma forma de resistência, com colegas de outras procedências, mas irmanados no ideal comum da independência, volta a se dar. Aguinaldo da Fonseca escreve e lê para os amigos seus poemas:

"...Ó maravilhas, ó cidade de luz,
Vossos reflexos nunca me acompanham.
Dentro de mim persiste o fundo negro
Da negra história que ouvi contar".

(Extrato de Advertência)

Já no início do século, em 1906²² Pedro Cardoso, usando o pseudônimo de Afro, introduz o tema de África na poesia *Ao Egito*

"...Que no halo involto de uma glória infinda,
Do alto dessas Pirâmides ainda
Lanças ao mundo rútilos clarões".

A referência a Pedro Monteiro Cardoso, ao pseudônimo Afro, leva Alfredo Margarido a dar ênfase às relações "com as formas culturais e poéticas afro-americanas", o que, nos dias de hoje, recomenda um estudo de contribuições outras ao espaço cultural caboverdeano trazidas pelos emigrantes que se deslocaram para os EUA, Canadá, Senegal, Gabão e, mais recentemente, para a Europa, quer na Bélgica, Holanda, França, Itália, a par de Portugal. A produção cultural dos imigrantes na Argentina é hoje surpreendentemente reveladora. Recentemente fui surpreendido com a apresentação de três trabalhos de descendentes de caboverdianos, abordando a temática das ilhas, num congresso de Relações Internacionais, que teve lugar em Buenos Aires. O papel real destas contribuições, pontas de um iceberg, acredito que seja da maior importância para o estudo da formação compósita da cultura caboverdiana. A influência portuguesa no período pós-independência certamente também mostrará aspectos reveladores, vistos sob uma vertente nova e fora da tradição colonizadora. As contribuições do Brasil e no Brasil, em Cabo-Verde²³ também devem ser

(22) CARDOSO, Pedro. *Folclore Caboverdeano*. Paris/Lisboa, solidariedade Caboverdeana, 1983, com prefácio de Alfredo Margarido.

(23) MATOS, Ramiro Silva Neto. *Influências da Literatura Brasileira sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa, trabalho inédito, 1982.

aprofundadas e repensadas. Certas passagens da literatura caboverdeana aproximam-se da literatura fantástica e, acredito – apesar das disparidades geográficas – há uma certa similitude de ambiente e vivência com Minas Gerais, embora esse Estado da Federação esteja encravado no território nacional e fique longe do mar. Estas reflexões que já me haviam surgido anteriormente levam-me agora, a pensar nas profundas similitudes da força psicológica dos textos do inesquecível Antonio Aurélio Gonçalves com a literatura mineira, especificamente, os contistas mineiros.

O psicologismo profundo do tratamento dos personagens femininos em mestre Antônio Aurélio, a evocação do mar, da terra, a par do protesto, da evasão e da anti-evasão na perspectiva da insularidade, num contexto estrutural novo, a visão arquipelágica de Cabo Verde, se articularão em termos de uma nova criatividade estética, dando lugar a um *clarão*, prelúdio de um tempo novo.

ABSTRACT: The Cabo Verdian problem of identity is reviewed according to the classical literature and in comparison with the inherent new perspective to conditions of Archipelagical state: Immigration like expectancy and appropriation of hydrospace.